

O PRECONCEITO RACIAL PERCEBIDO/ NÃO PERCEBIDO, PELAS PROFESSORAS, NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Aline Oliveira Ramos – PPGEd/UESB

Introdução

Este trabalho se insere nas discussões atuais sobre relação étnico-cultural como componente que atravessa as relações, entre as pessoas, no cotidiano escolar. O interesse pelo tema nasce no ambiente escolar, em que descobre-se diferenças carregadas de estereótipos, tal como, brincadeiras pejorativas, relacionadas ao pertencimento étnico-racial¹.

Entende-se que as desigualdades presentes na escola são frutos das relações sociais. No caso específico, das relações étnico-raciais, no contexto brasileiro, se manifestam, por meio, de um logo processo de negação, na medida em que não ser visto dentro de um padrão socialmente aceitável, nas dimensões: físicas, social, étnica, entre outras, tem um “peso” imensurável, trazendo à tona a condição de estudante e mulher negra. Muitas vezes, cria-se, neste momento, mecanismos de defesa que nos impulsionam, algumas vezes a nos isolar ou, por outro lado, a nos engajar em movimentos, de formação educacional e político, para compreender essa condição e/ou obter aceitação social mais ampla.

Contudo, as discriminações no interior da escola de ensino fundamental, objeto deste estudo, contrapõem a comum afirmação de que a escola é o lugar da igualdade, pois ao mesmo tempo em que é vista como uma via de acesso à cidadania, a formação da capacidade crítica, inserção no mercado de trabalho, também, é considerada, não somente, como um locus de discriminação social, como, também, racial, nos termos em que a exclusão é de classe e raça. Ao mesmo tempo em que, na configuração social moderna brasileira, raça e classe são critérios definidores de hierarquizações.

Desse modo, trata-se de uma pesquisa exploratória com objetivo de analisar o preconceito racial percebido/não percebido, pelas professoras, na educação fundamental. Utilizou-se a entrevista semi-estrutura, com quatro professoras, do ensino fundamental e a Análise de Conteúdo

¹Pertencimento étnico-racial define-se para o entendimento da construção de sentidos de pertencimento étnico-racial da população afrodescendente no Brasil, salienta-se também a centralidade do discurso do branqueamento construído pelas elites brasileiras na passagem do século XIX para o século XX. De acordo com Giralda Seifferth, a nação brasileira, notadamente a partir da abolição do regime escravista, projetou-se branca. As elites políticas brasileiras acreditaram ser possível branquear a população, promovendo a imigração europeia e supondo que, num processo de mestiçagem, fossem prevalecer as características da “raça branca” (2002, p. 37). Dessa forma, a branquidade estabeleceu-se como norma e padrão de comportamento, com efeitos perversos sobre a cultura e as identidades negras que continuaram sendo desvalorizadas e estigmatizadas. Os negros só teriam chance de reconhecimento e ascensão social caso se assimilassem à cultura branca. Desse modo, na perspectiva da democracia racial, passava-se a associar pertencimento étnico-racial de raiz europeia à obtenção de sucesso na sociedade brasileira.

Bardin (1977), para analisar os dados.

Desenvolvimento

A escola, como instituição social, é responsável pelo processo de socialização dos sujeitos que a ela recorrem, a exemplo das crianças, e, nesse sentido, é através dela, que se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares e, inevitavelmente, de diferentes matrizes culturais. Esse contato entre pessoas, poderá fazer da escola um primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras² numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote, em alguns momentos, uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: “feia, preta, fedorenta, cabelo duro”, iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

A exclusão simbólica, que poderá ser manifestada pelo discurso do outro, parece tomar forma a partir da observação do cotidiano escolar. Esta poderá ser uma via de disseminação do preconceito, por meio da linguagem, na qual estão contidos termos pejorativos, que em geral, desvalorizam a imagem do negro.

Contudo, a tendência difundida entre professores é de intervir no processo de estabelecimento de parâmetros para as relações raciais, entre alunos, quando ocorre agressividade para ao menos uma das partes envolvidas, no caso a criança negra. É a presença de violência física ou comportamento agressivo que chama à atenção dos educadores para a relação entre os alunos e não a violência simbólica presente na relação, entre ser branco e ser negro. Quando as relações entre alunos parecem carregar afetividade, mesmo que estejam impregnadas de posturas preconceituosas, são consideradas positivas para a maioria dos professores

Mesmo sendo afro-descendente já tive atitudes preconceituosas, hoje ignoro, pois sei que ainda nos dias atuais parece difícil aceitar a diversidade fora da escola. Dentro da sala de aula com meus alunos, procuro levá-los a aceitar essa diversidade, mesmo, porque o nosso país não é constituído de raças puras, mas de uma miscigenação e quebrando essa idéia de que o negro só pode ser aceito por seu esforço individual. (L.S.R., professora do ensino fundamental I).

Muitas professoras internalizam a fala acima e é isso que também fundamenta a prática

²Relação racial aqui, é entendida como relação entre negros e brancos, conforme Munanga (1990), Gomes(1994).

pedagógica da maioria delas

Na faculdade, após ter acesso a alguns livros sobre racismo houve uma transformação muito grande, antigamente eu tinha uma visão fechada. Importava-me apenas com o conteúdo e não com os relacionamentos dos alunos uns com os outros e eu não respeitava o modo de pensar deles e a cultura deles. (L. S. S. professora do ensino fundamental I).

O papel transformador de pensamento dos temas debatidos na universidade é em sua grande maioria transferido para o cotidiano do trabalho, no caso a sala de aula do professor.

Trabalho de forma que o aluno compreenda que tudo que o envolve é cultura: a maneira dele se vestir, dormir, alimentar; então, a gente trabalha para que ele valorize a cultura que ele tem, entenda que existe outro tipo de cultura, que passe a valorizar a cultura dele e respeitar a cultura dos outros, que pode ser diferente da dele. (L. S. S. professora do ensino fundamental I).

Por outro lado, uma professora afirma:

Não percebo [discriminação racial entre alunos], apesar de que alguém, não interessa quem, já me apontou. (...) Então em certas ocasiões alguém já falou a esse respeito, mas de uma forma assim visível, não vejo não. (C. J professora do ensino fundamental I).

Analisando a fala acima, apesar de já ter sido alertada sobre a existência de práticas racistas na escola, esta opta por não acreditar nesta possibilidade, o que nos leva a entender que, em muitos casos, as práticas de racismo em sala de aula já se cristalizaram de tal forma, que passam a se constituir como práticas naturais. Em outros casos, quando essas atitudes são percebidas, a culpa recai sobre a família, como demonstrada na fala seguinte.

Eles trazem mesmo o que a família pensa, se a família é aquela que discrimina a criança normalmente também tem essa posição. Se bem que aqui na escola é uma coisa interessante, eu não observo esse tipo de coisa. Não sei você, durante o recreio, se puderam observar alguma coisa. Não tem essa segregação de alunos negros por um lado e brancos por outro. (N.A.S.professora do ensino fundamental).

Nesse sentido, como afirma Cavalleiro (2001, p.79).

A dificuldade de lidar com o problema étnico parece dar às professoras a ilusão de que ignorar é a melhor saída. Em resposta aos inúmeros conflitos

étnicos, o abafamento surge como uma opção para que o problema desapareça do cotidiano escolar e a sua vítima dele se esqueça. Como se fosse um conto de fadas que, no final, sempre acaba bem.

Fica claro a necessidade de formação de professores para lidar com a diversidade existente em nossas escolas. Como afirmam Abramowicz e Oliveira (2006, p.53).

O que as pesquisas sugerem como uma ferramenta de combate ao racismo é que tal questão não continue sendo ocultada na instituição escolar, devendo possibilitar um espaço permanente para a discussão e reflexão de posturas racistas e preconceituosas visando à superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que é tão presente no ambiente escolar e que interferem na construção de uma identidade positiva da criança negra .

Como podemos perceber a escola tem um papel fundamental na formação da identidade das crianças que são acolhidas por essa instituição, mas, também, precisa ter clareza da necessidade de “positivar” a diversidade da qual é constituída (ABRAMOWICZ E OLIVEIRA, 2006).

Considerações finais

Constatou-se, que o professor, figura importantíssima na educação do aluno, lamentavelmente, ainda não se percebeu como peça chave na transformação de atitudes negativas no ambiente escolar, no que se refere à atitudes preconceituosas, entre as crianças, no ambiente escolar. A sua atuação como mediador no processo ideológico, possibilita a desmistificação dos estereótipos e preconceitos na sala de aula.

Entendo que o professor não deve negar sua condição de formador e utilizar trabalho, por meio do conhecimento e/ou atitudes de afeto, dirimir a propagação das desigualdades e das diferenças que inferiorizam uns em detrimento de outros, corroborando para a manutenção do preconceito racial, no cotidiano da escola.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. Anete. OLIVEIRA, Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWICZ, Anete. BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.) **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVALLEIRO, E. "Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor". In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.